

Bancos pressionam FMI sobre a estratégia de negociação adotada

por Getulio Bittencourt
de Washington

Do lado do Fundo Monetário Internacional (FMI), a questão da dívida externa brasileira ganhou uma nova importância, o fato de o FMI estar negociando um acordo com um país com pagamentos de juros em atraso, pela primeira vez desde que a crise eclodiu em 1982, está colocando uma pressão extra sobre a instituição de "Bretton Woods".

Aliaram-se na pressão sobre o Fundo os bancos comerciais dos EUA, comandados pelo Citicorp e pelo "think tank" do setor, o instituto de finanças internacionais e os representantes dos governos europeus e do Japão. A pressão se faz sobre a atual estratégia da dívida, formulada pelo Fundo em 1989 numa resposta ao Plano Brady.

A política oficial do Fundo sobre a questão da dívida estabelece que os programas aprovados com países devedores devem contribuir para a manutenção ou restabelecimento de relações organizadas entre o país-membro e seus credores. Um técnico ligado às negociações disse na quinta-feira a este jornal que "um pouco de flexibilidade" da parte dos brasileiros, em relação à dívida externa, facilitaria muito o acordo com o FMI.

A rigor, o Fundo estabeleceu em maio de 1989 duas condições para aprovar um programa com um País que esteja atrasado no pagamento dos juros a seus credores. A primeira é in-

terna e determina que o Fundo considere seu apoio essencial para o programa de ajuste daquele país devedor, a segunda é que "negociações entre o País e seus credores já tenham começado e se possa esperar que um pacote financeiro consistente com a viabilidade externa será firmado dentro de um prazo razoável".

Esse, claramente, não é o caso do Brasil no momento, e a dificuldade estaria aqui na decisão do presidente Collor de Mello de não aceitar compromissos que seu governo não possa cumprir. Isso afasta a possibilidade de cartas de intenção assinadas mas não cumpridas, que foram a norma durante o governo João Figueiredo (1979-1985), o primeiro a enfrentar a crise da dívida.

O que o FMI chama de "flexibilidade", porém, pode ser menos do que as cartas de intenção não cumpridas pelo ministro Delfim Netto, no início dos anos 80, mas teria de implicar uma mudança do discurso do governo Collor sobre a dívida externa, e mesmo isso parece difícil.

A estratégia do FMI afirma ainda que na promoção de relações financeiras ordenadas, todo esforço será feito para se evitar atrasos de pagamentos, e só depois dessa observação que os documentos oficiais da instituição notam que atrasos nos pagamentos aos bancos (mas não aos governos talvez tenham de ser tolerados se as negociações continuarem.